



Greve geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935*.

Diorge Alceno Konrad**

Resumo: Na conjuntura entre os finais de 1934 e o início do ano seguinte, ocorreu a retomada das greves de várias categorias de trabalhadores por todo o Brasil. Em janeiro, o movimento iniciado no Rio de Janeiro, expandiu-se por todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, várias categorias, lideradas pela FORGS, aderiram ao movimento, em busca de uma greve geral. Diante da mobilização operária, o empresariado dirigiu-se ao governo estadual solicitando intervenção enérgica, a fim de se evitar o alastramento do movimento grevista pelo interior do estado e estabelecimentos industriais de Porto Alegre, a fim de se evitar no Rio Grande do Sul o “colapso da economia”. A Inspeção Regional do Trabalho se posicionou contrária ao movimento, alegando que ele não representava as aspirações dos verdadeiros trabalhadores, pois a greve era de uma minoria que não representava a classe e que havia sido estimulada por “elementos extremistas”, alheios à categoria e que agiam “com o fim de perturbarem a ordem”. A polícia adotou medidas preventivas, aumentando a segurança em torno das instalações fabris. A Brigada Militar passou a vigiar os principais estabelecimentos fabris. Foi nesse contexto que ocorreu o assassinato de Mário Couto, médico e liderança política de esquerda em Porto Alegre. O texto procura apresentar o processo de lutas de classes no Rio Grande do Sul do início de 1935, tendo como eixo central a relação entre as greves ocorridas no estado e a repressão ocorrida no período.

Palavras-Chaves: Greves. Luta de Classes. Repressão.

Abstract: In the conjuncture it enters the 1934 ends and the beginning of the following year, all occurred the retaken one of the strikes of some categories of workers for Brazil. In January, the movement initiated in Rio de Janeiro, was become enlarged all for Brazil. In the Rio Grande do Sul, some categories, led for the FORGS, had adhered to the movement, in search of a general strike. Ahead of the laboring mobilization, the entrepreneurs one directed the state government requesting energetic intervention to it, in order to prevent the increase of

* Este texto apresenta partes modificadas do item 4.2 da tese de doutorado *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, orientada por Michael McDonald Hall, defendida no IFCH da UNICAMP em 2004.

** Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP e Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFSM.



the movement striker for the interior of the state and industries of Porto Alegre, in order to prevent in the Rio Grande do Sul the “collapse of the economy”. The Regional Inspectorship of the Work if located contrary to the movement, alleging that it did not represent the aspirations of the true workers, therefore the strike was of a minority whom the classroom did not represent and that she had been stimulated for “extremistas elements”, other people's to the category and that they acted “with the end to disturb the order”. The policy adopted writ of prevention, increasing the security around the installations manufacturer. The Military Brigade started to watch the main establishments manufacturer. It was in this context that occurred the murder of Mário Couto, doctor and leadership politics of left in Porto Alegre. The text looks for to present the process of fights of classrooms in the Rio Grande do Sul of the beginning of 1935, having as central axle the relation enters the occurred strikes in the state and the occurred repression in the period.

Keywords: Strikes. Fight of Classrooms. Repression.

A conjuntura entre os finais de 1934 e o início do ano seguinte seria acrescentada com a retomada das greves de várias categorias de trabalhadores por todo o Brasil.

Em 27 de dezembro, por exemplo, os funcionários dos correios do Rio de Janeiro e de São Paulo, com adesões em vários pontos do país, declararam-se em greve e atravessaram o ano paralisados.¹

Ali mesmo, um dia depois, entravam em greve os trabalhadores do Lloyd Brasileiro, que tiveram as suas oficinas guardadas por fuzileiros navais. Na capital federal, o delegado Serafim Braga, chefe da Seção de Segurança Social, atendeu o pedido feito pela Capitania dos Portos e pelo diretor da Marinha Mercante, solicitando uma força do Regimento Naval, que já vigiava o prédio central dos correios de armas embaladas, para proteger o prédio do Lloyd, o cais e os arredores. Enquanto isso, lanchas e rebocadores da Marinha patrulhavam a baía, prontos para intervir a qualquer momento. No mesmo dia, ao passo que Flores da Cunha, o então interventor do Rio Grande do Sul, visitava Vargas no Palácio da Guanabara, investigadores de polícia prenderam vários grevistas dos correios na agência do Botafogo, encaminhando-os para a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), sendo

¹. Esta foi a primeira greve da história dos Correios no Brasil. Cf. A greve dos funcionários postais e dos telégrafos. In. *A Plebe*, Nova Fase, Ano III, n. 79. São Paulo, 05/01/1935, p. 1, Microfilme 0200, Coleção Jornais Brasileiros, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP.



liberados após prestar depoimentos. Para as autoridades, qualquer greve ainda era um caso de polícia.

Em janeiro, o movimento iniciado no Rio de Janeiro pelos Marítimos de Cabotagem e organizado pela Federação dos Marítimos, expandiu-se por todo o país, paralisando parte do tráfego e afetando o comércio nacional.

No Rio Grande do Sul, os marítimos de Porto Alegre e Rio Grande aderiram parcialmente ao movimento, mas não deixaram zarpar dos portos nenhum navio no primeiro dia de greve.² Com promessas de aumentos salariais desde outubro, a decisão foi por greve pacífica.³

Nos dias seguintes, na capital federal, tropas do Exército foram colocadas em prontidão, ao mesmo tempo em que eram demitidos vários grevistas e as autoridades militares recomendavam a restrição no consumo da gasolina. A Federação dos Marítimos ameaçou terminar greve no dia 4, após o ministro do Trabalho Agamenon Magalhães e o ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, entrarem diretamente nas negociações, juntamente com Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, mas terminou por achar inaceitável a forma conciliadora inicialmente negociada pelos seus representantes na negociação com o governo. Em seguida, um navio do Lloyd levou, ao Rio de Janeiro, marinheiros da Armada, a fim de garantir o tráfego de vapores amarrados no porto da capital. Ao mesmo tempo, os próprios armadores ameaçaram entrar em greve, pois o governo não aceitava o aumento dos fretes na mesma proporção do aumento dos salários para por fim ao movimento grevista iniciado no final de 1934.

Também no início do ano, no Rio de Janeiro, começou a greve da Cantareira, empresa que fazia o transporte das barcas da capital para Niterói e outras proximidades. Os funcionários paralisados, assim como os donos da empresa, defendiam o aumento das passagens para a solução do movimento, proposta não aceita inicialmente pelo governo. Na

². Em 3 de janeiro, o interventor interino João Carlos Machado enviou telegrama para Flores da Cunha, que se encontrava no Rio de Janeiro, falando sobre “situação grave marítimos” e a paralisação pacífica nos vapores Itapé e outros e avisando que as autoridades estavam a postos e vigilantes. Cf. telegrama n. 22, Fundo Documentação dos Governantes, Série Correspondência Expedida, Distrito Federal, 1935, Maço 101, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

³. Ver: Declararam-se em greve os funcionários dos correios do Rio e de São Paulo e A greve nas oficinas do Lloyd Brasileiro. In. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 28/12/1934, p. 1 e 29/12/1934, p. 1, respectivamente, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSJHC/RS). A greve dos correios de São Paulo foi posteriormente desmentida pelo jornal, mas confirmada pelo *Diário de Notícias*. A greve dos correios de São Paulo e Rio terminou no dia 4 de janeiro, com a promessa de nenhuma punição para os paredistas. Ver tb. Estalou anteontem um movimento grevista dos marítimos de cabotagem, Estão de prontidão as unidades do Exército, Continua confusa a greve dos marítimos e A greve dos marítimos. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 03, 04, 08 e 09/01/1935, p. 16, p. 1, p. 5 e 7, respectivamente, MCSJHC/RS.



passagem do dia 6 para o dia 7, a polícia interditou o Sindicato dos Caldeireiros e a União Proletária, prendendo quatro grevistas que tentavam ampliar o movimento por meios violentos.⁴ Finalmente, o governo do interventor Ari Parreiras cedeu e tanto os fretes, como as passagens das barcas e bondes tiveram seus preços aumentados (em 30%), o que fez com que, juntamente com a depredação da usina geradora de energia para os bondes de Niterói, os setores comerciais fluminenses retirassem o apoio que vinham dando ao movimento. Mas a greve, que interessava tanto aos empregadores quanto aos operários da Cantareira continuou, enquanto as barcas passaram a ser tripuladas pelo pessoal da Marinha e os bondes por forças policiais.

Em Niterói, no Rio de Janeiro, vários episódios de violência ocorreram tais como tiros contra ônibus e bombas explodindo no centro da cidade, creditados pela polícia a “elementos extremistas”. Um dos resultados do movimento foi que os motorneiros voltaram ao trabalho, enquanto que marítimos desligaram-se do sindicato. A greve da Cantareira só terminaria no dia 13 de janeiro, quando os marítimos retornaram às suas atividades e os bondes deixaram de ser dirigidos pelos policiais. Mesmo assim, foram demitidos Moacir Vasconcellos, presidente do Sindicato da Cantareira, e João Monteiro, delegado eleitor da mesma entidade, os dois caracterizados como líderes do movimento.⁵

Em Porto Alegre, por outro lado, a greve dos marítimos continuou inalterada, enquanto em Pelotas, no dia 10, foi presa toda a oficialidade, exceto o comandante, do vapor Itapuca, por ordem da capitania dos portos.⁶

As greves dos correios em São Paulo e no Rio de Janeiro, a dos marítimos em diversas partes do país e a de parte do transporte público na capital federal e em Niterói, aumentaram os boatos de uma greve geral em Porto Alegre.

Diante disso, a polícia da capital do estado passou a tomar várias precauções, pois cada vez mais se falava em paralisações de operários da indústria têxtil, metalúrgica, de estivadores ou do proletariado em geral. A investigação policial conseguiu apurar, depois de

⁴. Ver: Prossegue a greve do pessoal da Cantareira e A greve da Cantareira. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 08 e 09/01/1935, p. 1 e 7, respectivamente, MCSJHC/RS.

⁵. Cf. Prossegue a Greve da Cantareira, Continua o impasse criado com a greve da Cantareira e Terminou a greve da Cantareira. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 13, 15 e 17/01/1935, todas publicadas na p. 1, MCSJHC/RS. A greve da Cantareira, em Niterói, ganhou aspecto de greve geral, pois outros importantes setores também pararam, como as fábricas de vidros Orion e São Domingos e os choferes da cidade. Como era uma greve de grandes proporções, em localidade vizinha a capital federal, contribuíam para a defesa de medidas mais repressoras aos movimentos sociais no país.

⁶. Ver: Foram novamente majorados os fretes marítimos e A greve dos marítimos. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 10 e 11/01/1935. p.5 e 6, respectivamente, MCSJHC/RS.



rigoroso inquérito, que uma parede geral estava descartada, mas os policiais continuaram em atividade, pois conseguiram “observar certos movimentos suspeitos em algumas organizações de classe, o que fez com que tomassem medidas, a fim de prevenir uma possível alteração da ordem”.

A Guarda Civil e a Brigada Militar passaram a vigiar os principais estabelecimentos fabris e os escritórios e linhas da Viação Férrea, onde boatos de greve também circulavam. No caso dos ferroviários, uma assembléia realizada no dia 10 descartou a greve, repudiando qualquer movimento de violência. Dario Barbosa, delegado de Ordem Política e Social, comandou pessoalmente as operações de segurança, alegando que não havia “motivo para nenhum temor”, pois o movimento paredista projetado, não passava de um “trabalho inócuo de elementos extremistas” que agiam “no seio do operariado local, procurando induzi-lo a greve”. Porém, para o delegado as autoridades estavam “aparelhadas para enfrentar qualquer situação para assegurar a mais rigorosa ordem”.

Dario Barbosa só não contava com o descontentamento real de parcela do operariado porto-alegrense, motivo que ia além de qualquer influência ou propaganda de “extremistas”. No mesmo dia das declarações do delegado, o Sindicato dos Tecelões reuniu-se, pleiteando aumento de 30% nos salários e melhorias sanitárias nos estabelecimentos fabris.⁷ Movimentava-se o proletariado gaúcho.

A greve dos marítimos terminaria no dia 11. Mesmo assim a polícia de Porto Alegre continuou a vigilância no cais do porto, onde estavam atracados cinco navios. A senha para o fim da greve chegou à capital gaúcha, quando lideranças grevistas cobravam do chefe de polícia Dario Crespo a retenção de telegramas endereçados aos líderes do movimento em Rio Grande.⁸

Quanto aos operários tecelões de Porto Alegre, nem a polícia nem a Inspetoria Regional do Trabalho (IRT) conseguiu impedir a greve. No dia 11, com reivindicação de aumento salarial em 50% dos vencimentos, além da melhoria sanitária nos estabelecimentos em que trabalhavam, se declararam em greve pacífica, contra a intermediação da Inspetoria e procurando negociar diretamente com os empregadores das fábricas de tecidos.

⁷. Estas informações poder ser consultadas na matéria Boatos de greve geral. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 11/01/1935, p. 7, MCSJHC/RS.

⁸. A senha que havia iniciado o movimento dias antes havia sido “Criança nasceu, avise família”. A que terminou a greve dos marítimos foi “Batise”. Ver: Terminou a greve dos marítimos. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12/01/1935, p. 3, MCSJHC/RS.



A polícia adotou medidas preventivas, aumentando a segurança em torno das instalações fabris, como a Fiação e Tecelagem Porto-Alegrense, a Rio Guaíba, a Kessler e Vasconcelos e a A. J. Renner (cujos trabalhadores não haviam aderido ao movimento), que passaram a ser guardadas por destacamentos da Brigada Militar, armados de fuzis com ordens comandadas por oficiais da corporação, fazendo a intermediação das negociações entre os grevistas e os donos dos estabelecimentos.

Ernani de Oliveira, o antigo diretor da IRT, que se encontrava adoentado, como de costume, manifestou-se dizendo que as reivindicações dos tecelões eram inoportunas e que o movimento não representava as aspirações dos verdadeiros trabalhadores, pois a greve era de uma minoria que não representava a classe e que havia sido estimulada por “elementos extremistas” alheios à categoria e que agiam na capital “com o fim de perturbarem a ordem”. As declarações de Ernani de Oliveira ao *Diário de Notícias*, sobre a greve iniciada em Porto Alegre pelos tecelões, tinha contorno mais amplo e era próprio da discursividade conservadora daquela conjuntura. Vejamos:

(...) se as autoridades policiais auxiliassem, como era de seu desejo, os esforços que vem fazendo a IRT, no sentido de oferecer um amparo eficiente ao trabalhador que se negassem a aderir aos movimentos grevistas, estes fracassariam sempre, pois o operariado já começou a compreender que não há necessidade de violência para que sejam atendidos os seus desejos de reivindicações, graças aos entendimentos que a esse respeito ele vem tendo com patrões e empregados.

(...) a nossa legislação não impede o trabalho subterrâneo dos extremistas, os quais, empunhando bandeiras vermelhas, penetram nas fábricas e sindicatos, tecendo intrigas e lançando a discórdia entre empregados e empregadores. Não obstante isso (...) ainda ontem, numa sessão do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, assisti comovido a um fato que passará para a história, como uma das maiores vitórias da Inspeção do Trabalho: durante a sessão, empregados e empregadores abraçaram-se, trocando discursos de saudações, onde se constatou a harmonia perfeita que pode e deve existir entre o braço e o capital.⁹

No dia seguinte, em 12 de janeiro, já restabelecido, Ernani de Oliveira era visto em conversa com o comandante do destacamento da Brigada Militar que vigiava as fábricas, enquanto os proprietários prometiam demitir os grevistas que não voltassem ao trabalho até o dia 16 de janeiro. Como resultado, a Brigada Militar efetuou a prisão de vários grevistas na

⁹. Grifos meus. A matéria sobre o início da greve dos tecelões, chamada Declararam-se em greve os operários de três fábricas de tecidos, acompanhada das declarações de Ernani de Oliveira, encontra-se no *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12/01/1935, p. 5, MCSJHC/RS.



zona fabril de Porto Alegre, alegando medida de caráter preventivo, enquanto distribuíam boletins, que acusavam os empregadores de exploração e repressão nos locais de trabalho, chamando outros companheiros para aderir ao movimento. Nesse dia, o delegado Dario Barbosa opinou que a autoridade indicada para tratar do problema era Ernani de Oliveira, apesar de que a sua instituição vinha se limitando ao “mero policiamento”, o que vinha sendo feito “rigorosamente”.

No dia anterior, uma nota do Sindicato dos Empregados da Viação Férrea desmentia boatos de greve na categoria, afirmando que ela mantinha-se dentro da ordem e da lei, acusando os extremistas de “serem as fontes dos boatos” que queriam “criar clima de incompatibilidade entre os ferroviários e o governo”.¹⁰ A greve dos tecelões ampliou-se e ganhou força, pois os metalúrgicos reuniram-se na sede da Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS), tirando moção de apoio ao movimento, iniciando a mobilização pelas suas reivindicações específicas.¹¹

Como consequência, no dia 16, parcela dos metalúrgicos de Porto Alegre também entrou em greve, suspendendo o trabalho nas firmas Alcaraz e Cia., Só e Cia, Cipriano Micheleto e Cia., e Companhia Geral de Indústrias. A Brigada Militar passou a guarnecer também estes estabelecimentos, enquanto que as classes dominantes referiam-se que as duas greves davam “um aspecto mais grave” aos movimentos, que entravam em uma fase mais “aguda”. No primeiro dia, os grevistas, entre eles Eloy Brasil Martins¹², primeiro secretário do sindicato, se dirigiram para a Metalúrgica Berta, uma das maiores da capital, buscando a adesão dos trabalhadores da fábrica, mas foram atacados por uma força da Brigada Militar, que os repeliu de forma violenta.

Os patrões, liderados por Mário Alcaraz, alegaram que a greve era de uma minoria. Ao referirem-se às reivindicações, afirmaram que os que não voltassem ao trabalho no dia seguinte, seriam demitidos, pois os trabalhadores haviam tido aumento salarial ainda em dezembro, enquanto as instalações higiênicas eram as melhores possíveis, sendo que a alimentação era fornecida por uma cooperativa dos próprios metalúrgicos, sendo que o “menu” só não era melhor por culpa dos próprios trabalhadores. No interior da fábrica

¹⁰. Cf. A greve parcial dos tecelões. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 13/01/1935, p. 9, MCSJHC/RS.

¹¹. Ver: A greve parcial dos tecelões. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 15/01/1935, p. 5, MCSJHC/RS.

¹². No dia 19 de janeiro, Eloy Martins, natural de Laguna, Santa Catarina, com profissão de caldeireiro, então com vinte e três anos, foi preso e recolhido à Casa de Correção, dando entrada como pernicioso à ordem e tranqüilidade pública. Dois dias depois foi solto. Ver Fundo Polícia, Série Casa de Correção, Sub-Série Entrada de Presos, livro de matrículas n. 9, 1935-1936, P-318, AHRS.



Alcaraz e Cia., Ernani de Oliveira afirmava mais uma vez que era preciso que fossem utilizadas “medidas enérgicas” para que aquela situação não continuasse naquele “estado de coisas”, devido aos problemas que traziam para o estado e para o país.¹³ Era uma demonstração clara dos compromissos do diretor da IRT com o patronato porto-alegrense.

Mesmo assim, o operariado de Porto Alegre não cedeu. Em 16 de janeiro, além dos tecelões não retornarem ao trabalho, como estabelecia o ultimato dos industriais, os quais passaram a contar como vagos os cargos dos paredistas, entraram em greve os operários metalúrgicos da Mabilde e Cia., da Ribeiro, Jung e Cia. e da Companhia e Metalúrgica Porto-Alegrense.

O policiamento da zona fabril continuava sendo executado pelas forças da Brigada Militar, ainda com armas embaladas e com a indicação de agirem energicamente na repressão em qualquer caso de perturbação da ordem, no caso de pressão dos grevistas sobre os colegas para aderirem ao movimento ou sobre aqueles que desejassem voltar ao trabalho. O Sindicato dos Industriais Metalúrgicos distribuiu nota argumentando que não iriam entender-se com os grevistas, pois existia uma legislação social que regulava o trabalho e que estabelecia “os meios de solução pacífica dos desentendimentos entre os empregadores e os empregados”. Assim, ameaçavam que todo trabalhador que faltasse três dias consecutivos poderia ser considerado em situação de abandono de emprego.

Diante da maior mobilização operária, o empresariado porto-alegrense dirigiu-se ao governo estadual solicitando a sua “intervenção enérgica no assunto, a fim de se evitar o alastramento do movimento grevista pelo interior do estado e demais estabelecimentos industriais de Porto Alegre”, a fim de se evitar no Rio Grande do Sul o “colapso da economia”.

Depois da formação de uma comissão chefiada por Mário Alcaraz e Cipriano Micheletto, o empresariado dirigiu-se a interventoria estadual, onde em reunião comandada pelo interventor interino João Carlos Machado, com a participação de Ernani de Oliveira, de Dario Crespo e outras autoridades, a greve dos tecelões e dos metalúrgicos foi abordada com destaque e preocupação. Para eles, os dois movimentos, com reivindicações semelhantes, passavam a tomar aspecto grave, mesmo que sem perturbação da ordem. Do encontro, saiu a

¹³. O Comitê de Greve, que ligava os movimentos, funcionava na avenida Eduardo, n. 528, no 4º Distrito, de onde angariava fundos entre o comércio e as famílias dos trabalhadores. Nesse mesmo local, funcionava o Comitê Antiguereiro de Porto Alegre, tradicional ponto de encontro dos antifascistas de Porto Alegre. Cf. Declarou-se, ontem, em greve, parte do operariado metalúrgico. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 16/01/1935, p. 14, MCSJHC/RS.



decisão de que no lugar de qualquer contra-proposta aos grevistas, a polícia passaria a fornecer as mais amplas garantias para quem quisesse retornar ao trabalho. Uma nota da Chefia de Polícia resumiu a decisão, além de concluir sobre a disposição dos trabalhadores em relação à greve:

Sendo do conhecimento da Chefatura de Polícia que uma apreciável maioria do elemento operário desta Capital, discorda em absoluto da orientação que vêm mantendo alguns trabalhadores em greve, resolveu o Dr. Dario Crespo, Chefe de polícia, tornar público que lhe serão asseguradas todas as garantias, para que possa exercer, livremente, suas atividades.¹⁴

Enquanto que em cinema de Porto Alegre passava *Luzes da Cidade*, de Charles Chaplin, a radicalização da greve produziria um dos episódios mais marcantes da história operária e da política da esquerda do período no Rio Grande do Sul. Na avenida João Pessoa, no centro da capital, em frente ao Anfiteatro Alhambra, no dia 17, um automóvel conduzia presos um médico e dois motorneiros da Companhia Carris. Para a polícia, que realizava investigações e diligências por toda a cidade, especialmente nas zonas operárias, um dos presos tinha relação direta com a tentativa de “greve geral” em curso na cidade. Com a greve dos tecelões e metalúrgicos, uma outra parede, que paralisasse os serviços de bondes e de luz elétrica, contribuiria para a suspensão das principais atividades produtivas e do comércio de Porto Alegre.

No momento da prisão, os suspeitos, já considerados “cabeças” do movimento pela polícia, estariam assediando empregados da Companhia Carris, incitando-os para a greve. Para a Delegacia de Organização Política e Social (DOPS) estava na hora de prendê-los, para “não alastrar ainda mais o movimento grevista estourado na capital”. Assim, vários investigadores de polícia passaram a concentrar-se nos principais pontos onde eles costumavam reunir-se, a fim de detê-los.

Ao serem presos, na esquina da avenida João Pessoa com a rua José Bonifácio, em frente a um posto de gasolina em construção, depois da diligência do investigador “Paulista”, o qual avisou seus companheiros da polícia, o médico e os motorneiros com ele comprometidos estavam sendo conduzidos para a Chefatura de Polícia, quando teria iniciado o tiroteio no interior do automóvel de praça, contratado para conduzi-los à prisão.

¹⁴. Cf. Irradiou-se o surto grevista em Porto Alegre. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 17/01/1935, p. 14, MCSJHC/RS.



Segundo a versão policial, o médico Mário Couto da Silva estava no banco de trás do automóvel com o motorneiro Joaquim Braga da Costa. Entre eles, o investigador José Vaz Primo. Na frente, além do motorista do táxi, estavam o motorneiro Quintiliano F. de Lima e o amanuense (escrivão) da polícia Leguli. No lado de fora do automóvel, segurando-se no toldo, o investigador Levino Antunes. Depois de cerca de duzentos metros do local da prisão, Mário Couto, que não fora revistado ao ser preso e portava uma arma escondida, um erro básico da polícia, teria puxado um revólver 38 e atirado à queima-roupa na boca e no nariz de Vaz Primo, que morreu no local, logo ao sair do automóvel. Eram catorze e trinta da tarde, quando Mário Couto, de 26 anos, também morria dentro do carro com dois tiros no peito. A polícia não esclareceu onde estava o investigador Antônio B, de Medina, o “Paulista”, que saiu gravemente ferido do tiroteio, juntamente com o motorneiro Quintiliano, nem quem atirou no médico, nem se os outros motorneiros estavam armados para que acontecesse o “cerrado tiroteio”.¹⁵ Provavelmente, outro carro da polícia acompanhava o carro que conduzia os detidos.

A polícia, que investigava a articulação política do médico desde setembro de 1934¹⁶, centrara as suas investigações no 4º Distrito, onde Carlos Alberto Machado, delegado local,

¹⁵. Mário Couto e Vaz Primo foram conduzidos para o necrotério da Santa Casa, próximo do local das mortes. José Vaz Primo estava como investigador de polícia havia poucos dias em Porto Alegre. Antes, fora subdelegado de polícia em Cacequi, no interior do estado, tendo saído de lá por questões políticas. Ver a matéria completa: Um drama de morte à avenida João Pessoa. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 18/01/1935, p. 5 e 12, respectivamente, MCSJHC/RS. Ainda no dia 17, o interventor interino João Carlos Machado enviou telegrama ao Rio de Janeiro, para Flores da Cunha, lhe avisando da morte de Mário Couto com a visão oficial da polícia sobre os fatos. No mesmo telegrama informou também que a greve dos tecelões e metalúrgicos estava estacionada. Cf. telegrama n. 130, Fundo Documentação dos Governantes, Série Correspondência Expedida, Distrito Federal, 1935, Maço 101, AHRS.

¹⁶. Neste período, um guarda civil descobriu uma casa abandonada na avenida Teresópolis, n. 3214, onde se realizavam reuniões políticas clandestinas. Na ocasião, o guarda chamou outro colega para averiguar a situação. Ao aproximarem-se da casa, iniciou tiroteio, com um dos guardas saindo ferido. Reforços da polícia seguiram os suspeitos que fugiram do local, detendo três deles na Feira Livre da Osvaldo Aranha. Os três eram Mário Couto, Hamilton Vieira e Salomão Shapiro, que conduzidos para a Chefatura de Polícia, confessaram-se comunistas. Logo depois, foram presos Milton Krafelti e Alberto Fernandes, que estavam na reunião da casa descoberta pela polícia. Segundo a polícia, após o interrogatório das autoridades, e pelas suas “idéias terroristas”, Mário Couto foi conduzido preso à Casa de Correção, sendo dias mais tarde conduzido para fora do estado, por ser considerado “elemento perigoso à ordem social”. Destinado para a capital da República, onde também foi preso, Mário Couto voltou oculto a Porto Alegre. Investigações conduzidas por Dario Barbosa, delegado de Ordem Política e Social haviam descoberto as suas ligações para a criação de uma filial da IC (o PCB) na capital, cujo contato maior era Saldanha Lima. Documentos que comprovavam a sua ligação com o interior do estado e a distribuição de panfletos destinados aos operários fabris em greve e para novas paralisações, determinaram a expedição do pedido de prisão, onde quer que fosse encontrado. Mário Couto havia sido detido várias vezes em São Paulo, Rio e Porto Alegre, desde 1932, quando se formou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Ver *Diário de Notícias*. Porto Alegre, idem, p. 5 e 6, MCSJHC/RS. Em 1933, Mário Couto teve três entradas na Casa de Correção: em 11 de maio (como nocivo à ordem pública), em 23 de agosto (como pernicioso à ordem pública) e em 1º de setembro (com a mesma acusação anterior). Cf. Fundo Polícia, Série Casa de Correção, Sub-série Entrada de Presos, livro de matrículas n. 7, p-308, AHRS.



havia apreendido quatro comunistas que portavam grande quantidade de material de propaganda. Os panfletos tratavam do programa do Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (PCB), o qual defendia a luta política e social “sem nenhuma colaboração nem conciliação com a famigerada classe dominante”.

Após novas prisões, inclusive de Saldanha Lima, organizador do PCB e que logo conseguiu fugir, e o encaminhamento dos detidos para a DOPS, onde foram interrogados e fichados no Gabinete de Investigações, descobrira-se o retorno de Mário Couto a Porto Alegre. Para a polícia, os “agitadores”, depois de lento trabalho, “conseguiram convencer os operários dos diversos estabelecimentos fabris” para a greve. Mário Couto era um dos “principais cabeças” do movimento, pois a polícia havia conseguido localizar seus pontos de atuação e os contatos com outros “agitadores” e líderes grevistas. O assassinato de Mário Couto fez a polícia adotar medidas ainda mais duras contra “as atividades extremistas”, fechando a sede de diversas entidades que portavam bandeiras vermelhas e realizando diversas prisões de “comunistas identificados”, a fim de impedir as suas ações.¹⁷

A atitude dos patrões também se radicalizou: no mesmo dia do episódio envolvendo a morte de Mário Couto, muitas fábricas apareceram com cartazes divulgando vagas para novos operários. Isso não intimidou o movimento grevista, que conseguiu a adesão dos trabalhadores da fábrica Martetele e Santos, somando então seis estabelecimentos metalúrgicos em greve na capital, mas intimidou muitos individualmente, que passaram a retornar ao trabalho. O mesmo passou a acontecer com os operários tecelões, mesmo que muitos continuassem parados. Tal situação fez com que, além da violência da polícia, que ampliava a repressão ao movimento, outras atitudes de força passaram a acontecer entre grevistas e não-grevistas que insistiam em trabalhar. Em decorrência do caso Mário Couto, o chefe de polícia Dario Crespo, através da DOPS, determinou o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Têxteis, do Comitê Antiguerrreiro de Porto Alegre e também a sede da FORGS, onde se realizava a maior parte das assembléias e atividades permanentes de greve. Com isso, aumentava o cerco contra o movimento operário mais organizado e combativo, através da prisão de várias lideranças.¹⁸ Além disso, no dia 17, o próprio Dario Crespo, acompanhado de investigadores de polícia e soldados da Brigada Militar, circulou

¹⁷. Ver: *Diário de Notícias*. Porto Alegre, idem, p. 6, MCSJHC/RS.

¹⁸. Ver sobre a repressão da polícia de Flores da Cunha em relação às greves de Porto Alegre, cf. O terror branco no Rio Grande do Sul. In. *A Pátria*, 24/01/1935, p. 3, Microfilme 0315, Coleção Jornais Brasileiros, AEL/UNICAMP. A matéria também aborda o assassinato do médico Mário Couto e a prisão de mais de duzentos trabalhadores manuais e intelectuais no dia da morte do médico comunista..



pelos bairros operários de Porto Alegre, dissolvendo todos os grupos de supostos grevistas que encontrasse.¹⁹

A maior repressão ao movimento grevista e as ameaças de demissão passaram a surtir efeito. No dia 18, vários trabalhadores passaram a voltar ao trabalho, inclusive com anúncio de retorno total na indústria Ribeiro, Jung e Cia.. A própria polícia achava que com a prisão de dezenas de suspeitos, o “perigo maior havia passado”, pois nesse mesmo dia prendeu em torno de vinte operários e “elementos suspeitos” no prédio da FORGS, que ficou sendo guardado por agentes da Guarda Civil. Outros tantos foram detidos pela capital, inclusive em cafés, todos acusados de serem comunistas, sendo recolhidos às delegacias porto-alegrenses. O argumento da polícia era de que os suspeitos presos planejavam atentados na cidade, até contra a vida do diretor da IRT, Ernani de Oliveira, o qual vinha recebendo proteção policial dentro e nas proximidades da Inspeção e em direção a sua residência.

Por sua vez, o Centro Fabril também adotava medidas mais drásticas de perseguição aos grevistas demitidos, pois estes logo estariam arrumando emprego em outras empresas:

(...) em vista das constantes greves ultimamente surgidas, resolveu o Centro da Indústria Fabril adotar uma medida de controle geral (...) um fichário pelo qual serão identificados os empregados de todas as fábricas existentes nesta capital de modo a não permitir que elementos pouco recomendados sejam introduzidos no meio operário, vindo posteriormente perturbar o trabalho.²⁰

O recrudescimento policial e patronal contra o movimento operário gaúcho aumentava. No dia 19, uma comissão de vinte operários demitidos das Minas de Butiá, todos dirigentes do sindicato, foi à sede estadual da IRT reclamar da arbitrariedade. Ernani de

¹⁹. As denúncias de violência ocorridas entre os próprios operários vieram da firma Só e Cia., onde grevistas teriam ameaçado espancar os que retornassem ao trabalho, enquanto que na firma Alcaraz e Cia., no estaleiro da Ilha do Chico Inglês, os operários Domingos Rymkiewicz e Alexandre Willycecky foram atacados por tentarem voltar ao trabalho. Ver: A greve parcial dos metalúrgicos e tecelões. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 18/01/1935, p. 6, MCSJHC/RS.

²⁰. Nesse mesmo dia, enquanto Quintiliano Lima ficava fora de perigo, a polícia descobriu Carlos Leger, secretário do Sindicato dos Garçons, que estava escondido no prédio da Federação Operária, portando material de propaganda do PCB. Agravava-se a situação do líder sindical, pois além do material em sua posse, Leger era estrangeiro. A FORGS continuava situada no centro de Porto Alegre, na rua Riachuelo, n. 1038. Entre os diversos presos na FORGS junto com Leger, estava Policarpo Hibernon Machado, presidente da entidade e diretamente envolvido com o movimento grevista. Machado foi solto dois dias depois com a promessa de não mais se envolver com as greves, mas tendo Porto Alegre como *menagem*, ficando vigiado pela polícia. Cf. Entrou em declínio a greve dos têxteis e metalúrgicos e O drama de morte à avenida João Pessoa. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 19/01/1935, p. 5, MCSJHC/RS.



Oliveira determinou que uma Junta de Conciliação e Julgamento proferisse sentença sobre o caso.²¹ Nesses casos, as Juntas geralmente reconheciam o direito das empresas em demitir.

Se a repressão e a demissão faziam muitos operários voltar ao trabalho, atitudes como essas contribuía para outros vissem nas greves um teste para a conquista de direitos. No dia 21, parte dos operários das indústrias de mosaico de Porto Alegre também entrou em greve, reivindicando aumento salarial e a unificação do trabalho que, ao invés de receber por peça produzida, passariam a ganhar por dia de trabalho.

A posição do empresariado era de não negociar, seguindo o caminho tomado diante das greves metalúrgicas e têxteis, apostando no fracasso do movimento, pois consideravam a nova greve uma conseqüência das outras em andamento. Nesse momento, o Centro da Indústria Fabril divulgava o fim da negociação com cerca de cem grevistas metalúrgicos e tecelões que haviam sido demitidos, sem atender quaisquer de suas reivindicações.²²

Mas o declínio do movimento grevista em Porto Alegre era evidente. Apesar da fraca continuação da greve dos operários em mosaico, os quais foram ameaçados de demissão caso não voltassem ao trabalho até o dia 25, os metalúrgicos e tecelões encerraram o movimento em 22 de janeiro. A decisão resultou na suspensão do policiamento nas fábricas e nas zonas dos estabelecimentos em greve, mantendo-se apenas as rondas policiais noturnas como medida preventiva.²³

Enquanto o Círculo Operário Porto-Alegrense (COPA) comemorava um ano de organização, no dia 27²⁴, e a AIB realizava reunião no núcleo do bairro Navegantes, no dia 28, ressaltando o crescimento do integralismo no bairro operário e o seu papel no combate ao

²¹. Ver: Demissão de operários de uma empresa carbonífera. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20/01/1935, p. 3, MCSJHC/RS.

²². A greve dos operários de fábricas em mosaico atingiu as empresas E. T. O. Esgulira (situada na avenida José Alencar), Bergamaaschi (do bairro Floresta) e Herbert e Laeske (da rua Conceição). Ver: As greves em Porto Alegre. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 22/01/1935, p. 14, MCSJHC/RS. No mesmo dia 21, o interventor interino João Carlos Machado enviou telegrama para Flores da Cunha, situado no edifício Victor, no Rio de Janeiro, anunciando que “quase todos os operários em greve voltaram ao trabalho”. Cf. Fundo Documentação dos Governantes, Série Correspondência Expedida, Distrito Federal, 1935, Maço 101, AHRS.

²³. Cf. Cessou o movimento grevista na cidade. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 23/01/1935, p. 3, MCSJHC/RS.

²⁴. O COPA, que tinha a sua sede municipal de Porto Alegre na rua 7 de Setembro, n. 807, em um ano de organização, e sob a orientação da Igreja Católica, conseguiu associar 679 integrantes no núcleo São João (inaugurado em 21/03/1934), 1.119 no núcleo dos Navegantes (funcionando desde 27/04/1934), 600 em Petrópolis (desde 28/01/1934), 543 em São Francisco (desde 15/08/1934), 203 em Mont Serrat (desde 22/08/1934), 627 em Lourdes (desde 22/08/1934), 252 no Floresta (desde 20/09/1934), 178 no Partenon (desde 16/11/1934) e 551 em São Geraldo (desde 19/11/1934), totalizando 4.762 sócios. Estas informações foram divulgadas no documento Círculo Operário Porto-Alegrense - O Relatório do Ano Social 1934-35. Cf. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 02/02/1935, p. 7, MCSJHC/RS.



comunismo, o movimento grevista dos operários em fábrica de mosaicos, de fraca organização desde o seu início, terminava no dia 29.

Após a criação de uma Comissão Sindical, patrocinada pela IRT, que apelou para “os operários trabalharem dentro da ordem e da harmonia”, ocorreu a conciliação entre os operários e os patrões.²⁵

Mesmo assim, apesar da derrota das greves, especialmente diante de intensa repressão, os trabalhadores rio-grandenses construíram, no início de 1935, uma das mais belas páginas de sua História de resistência.

Recebido em Setembro de 2011
Aprovado em Outubro de 2011

²⁵. Ver: Resolvido definitivamente o caso das recentes greves nesta capital. In. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 27/01/1935, p. 3, MCSJHC/RS. A derrota do movimento grevista em Porto Alegre, no início de 1935, teve longos reflexos para o movimento operário da capital. O primeiro deles ocorreu com os metalúrgicos. No primeiro dia de março de 1935, o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre decidiu-se pela desfiliação da FORGS. Duas semanas depois, a diretoria seria trocada, sendo eleito presidente Lúcio Soares Figueiredo, para a gestão 1935-1938.